C/2025/2956

16.6.2025

Parecer do Comité Económico e Social Europeu

Parceria Estratégica UE-Índia

(parecer de iniciativa)

(C/2025/2956)

Relator: **Aurel Laurențiu PLOSCEANU**

Conselheira	Maria GAVOUNELI (do relator, Grupo I)
Decisão da Plenária	18.1.2024
Base jurídica	Artigo 52.º, n.º 2, do Regimento
	Parecer de iniciativa
Competência	Secção das Relações Externas
Adoção em secção	10.3.2025
Adoção em plenária	26.3.2025
Reunião plenária n.º	595
Resultado da votação (votos a favor/votos contra/ /abstenções)	180/1/1

1. Conclusões e recomendações

1.1. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) insta a Comissão Europeia a trabalhar de forma coerente no sentido de melhorar a Parceria Estratégica com a Índia, a maior democracia formal do mundo, propondo um novo roteiro ambicioso adaptado às circunstâncias políticas e estratégicas atuais.

1.2. O CESE apela à Comissão Europeia para que intensifique urgentemente as negociações com a Índia sobre um acordo de comércio livre (ACL), a fim de tornar a Índia um parceiro preferencial da União Europeia (UE) num contexto estratégico.

1.3. O CESE defende o alargamento da cooperação entre a UE e a Índia em todos os domínios, continuando a promover um comércio internacional justo, inclusivo e assente em regras, com base na história partilhada e nos valores comuns das nossas civilizações milenares, bem como no nosso entendimento comum das realidades contemporâneas.

1.4. O CESE recomenda o reforço da cooperação entre a UE e os seus Estados-Membros e a Índia em projetos bilaterais e multilaterais de infraestruturas, construção – especialmente aeroportos e portos em águas profundas – e conectividade energética.

1.5. O CESE defende o aprofundamento da cooperação entre a UE e os seus Estados-Membros e a Índia em matéria de defesa e segurança, em particular no setor de investigação e desenvolvimento (I&D) e da inovação, incluindo projetos conjuntos espaciais e de dupla utilização, com especial destaque para o contributo das pequenas e médias empresas (PME).

1.6. O CESE recomenda o reforço da cooperação entre a UE e os seus Estados-Membros e a Índia em projetos conjuntos de segurança marítima, especialmente no oceano Índico ocidental e nas rotas de navegação que o atravessam.

1.7. O CESE recomenda o alargamento dos intercâmbios culturais entre a UE e os seus Estados-Membros e a Índia, nomeadamente através da cooperação universitária e do intercâmbio de estudantes, bem como dos intercâmbios entre o pessoal docente e científico.

1.8. O CESE recomenda o alargamento da cooperação com a Índia no âmbito do Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa; para o efeito, elaborará um parecer abrangente sobre o projeto deste corredor e as suas perspetivas num futuro próximo.

1.9. A nova parceria UE-Índia deve contribuir para a ratificação e aplicação das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e para a redução progressiva do trabalho informal no mercado de trabalho. Por conseguinte, o CESE insta o Conselho da UE, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE a associarem urgentemente a sociedade civil organizada, incluindo os parceiros sociais, ao processo de negociação através de uma estrutura consultiva permanente ([1]). Em última análise, o acordo de comércio livre deve incluir um capítulo ambicioso sobre comércio e desenvolvimento sustentável, que preveja um acompanhamento estrutural pelas organizações da sociedade civil de ambas as partes, incluindo os parceiros sociais, e lhes confira um papel consultivo ([2]).

1.10. O CESE insta o Conselho Europeu, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE a reativarem, eventualmente, a Mesa-Redonda UE-Índia do CESE, com a participação da sociedade civil.

1.11. O CESE congratula-se com a próxima Cimeira UE-Índia, incluindo a componente da Cimeira da Juventude, e está disposto a contribuir para a mesma de acordo com as suas capacidades.

2. **Observações gerais**

2.1. *Parceria e relações bilaterais UE-Índia*

2.1.1. Com 1,4 mil milhões de habitantes, a Índia é o país mais populoso do mundo. O Banco Mundial prevê que a Índia ultrapasse o Japão e a Alemanha e se converta na terceira maior economia do mundo até 2030. A câmara de comércio e indústria indiana prevê que a Índia se torne a quarta maior economia mundial até 2026, ultrapassando o Japão, com uma taxa estimada de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 6,8 % em 2024 e de 7,7 % em 2026.

2.1.2. Sendo as duas maiores democracias do mundo, a União Europeia e a Índia estão unidas no seu compromisso com uma ordem mundial assente em regras, um multilateralismo efetivo e um desenvolvimento sustentável. Em 2004, a Índia foi designada como um dos parceiros estratégicos da UE. Além disso, a Índia desenvolveu parcerias estratégicas com Estados-Membros da UE, como a Alemanha, a França e a Grécia, ao mesmo tempo que procura aprofundar a cooperação bilateral e o diálogo estratégico.

2.1.3. Em **2022** assinalou-se o **60.º aniversário das relações bilaterais UE-Índia**, com destaque para vários marcos fundamentais alcançados:

— A UE foi o maior parceiro comercial da Índia em 2023, representando 124 mil milhões de euros de comércio de mercadorias, ou seja, 12,2 % do comércio total indiano (em comparação com 10,8 % para os EUA e 10,5 % para a China).

— O investimento direto estrangeiro (IDE) da UE na Índia atingiu 108,3 mil milhões de euros em 2023, um aumento face a 82,3 mil milhões de euros em 2019.

— A UE é o segundo maior destino das exportações indianas, com 17,5 % do total (em comparação com 16,7 % dos EUA e 3,7 % da China).

— O comércio de mercadorias entre a UE e a Índia aumentou quase 90 % na última década, enquanto o comércio de serviços atingiu 50,8 mil milhões de euros em 2023 (em comparação com 30 mil milhões de euros em 2020).

— Seis mil empresas da UE a operar na Índia criaram 1,7 milhões de postos de trabalho diretos e mais cinco milhões de postos de trabalho indiretos.

— O Banco Europeu de Investimento (BEI) investiu mais de 3 mil milhões de euros em projetos de infraestruturas, energia e clima na Índia.

([1]) JO C 290 de 29.7.2022, p. 11.
([2]) JO C 140 de 21.4.2023, p. 69.

2.1.4. A colaboração entre a UE e a Índia entre 2020 e 2025 tem sido – e está a ser – orientada pelo **roteiro da Parceria Estratégica UE-Índia** ([3]), pela **estratégia da UE para a cooperação no Indo-Pacífico** ([4]) e pela **Estratégia Global Gateway** ([5]).

2.1.5. **Relações parlamentares:** uma delegação de deputados ao Parlamento Europeu visitou a Índia de 18 a 20 de dezembro de 2023 por ocasião da 15.ª reunião interparlamentar. Em 19 e 20 de março de 2025, a **Comissão do Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu** debateu o estado das relações UE-Índia, na sequência da sua **visita à Índia de 24 a 26 de fevereiro de 2025**, com vista a compreender melhor a perspetiva indiana sobre as negociações comerciais em curso.

2.2. *Informações contextuais: política externa da Índia*

2.2.1. As **relações entre a Índia e a China**, que chegaram a um ponto crítico devido ao conflito fronteiriço mortal em 2020, são o fator dominante na política externa e de segurança de Déli e o principal motor da sua prossecução de um alinhamento múltiplo. À margem da Cimeira dos BRICS (outubro de 2024), a Índia e a China deram um passo importante para normalizar a situação fronteiriça ao aprovar a retoma i) do patrulhamento ao longo da Linha de Controlo Real e ii) das conversações entre os representantes especiais para a questão fronteiriça (em suspenso desde 2019).

2.2.2. A **parceria Índia-Rússia** tem sido uma pedra angular da política externa da Índia em matéria de segurança estratégica e de «alinhamento múltiplo». O primeiro-ministro Narendra Modi deslocou-se à Rússia em julho de 2024 para a Cimeira Índia-Rússia e, nesse ano, reuniu-se com o presidente Vladimir Putin para uma segunda reunião bilateral à margem da recente Cimeira dos BRICS, realizada em 23 e 24 de outubro de 2024, em Kazan. Numa tentativa de responder aos protestos internacionais (a visita de Narendra Modi em julho coincidiu com um ataque a um hospital infantil na Ucrânia) e de manter o exercício de equilíbrio da Índia, Narendra Modi visitou Kiev em agosto de 2024, mas não se comprometeu a desempenhar um papel mais ativo no processo de paz. Narendra Modi reuniu-se novamente com o presidente Volodymyr Zelenskyy na Cimeira do Futuro das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2024. Com receitas substanciais provenientes das vendas de petróleo, a Rússia está agora ainda mais inclinada para o comércio com a Índia, com o intuito de adquirir e importar mercadorias de interesse – especialmente produtos de dupla utilização ou com aplicação em campo de batalha.

2.2.3. **Relações entre a Índia e os EUA**: existe um sentimento de continuidade estratégica na relação, que tem seguido uma trajetória ascendente nas últimas cinco administrações dos EUA. Com a nova Administração dos EUA, resta saber como evoluirá o compromisso com as transferências de tecnologia e com os acordos de segurança existentes com a Índia no caso da imposição recíproca de direitos aduaneiros e qual o impacto de uma eventual atenuação das tensões entre a Índia e a China. A Índia e os Estados Unidos trocaram de posição enquanto país anfitrião da **Cimeira do Diálogo Quadrilateral de Segurança (Quad)** de 2025, que está agora agendada para ter lugar na Índia. Déli mantém um equilíbrio delicado relativamente à China, seguindo a posição firme da Quad no que respeita ao comportamento assertivo da China no Indo-Pacífico e no mar da China Meridional e em relação a Taiwan, por um lado, e evitando simultaneamente a confrontação direta para prevenir novas tensões fronteiriças, por outro.

3. **A relação UE-Índia**

3.1. *História da Parceria Estratégica UE-Índia*

3.1.1. **As relações bilaterais UE-Índia remontam ao início da década de 1960**, tendo a Índia sido um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a Comunidade Económica Europeia em 1962. A Declaração Política Conjunta assinada em 1993, juntamente com o **Acordo de Cooperação UE-Índia assinado em 1994**, abriu caminho ao reforço dos laços bilaterais.

3.1.2. **A primeira Cimeira UE-Índia realizou-se em Lisboa, em junho de 2000**, tendo-se realizado 16 cimeiras desde então. **A relação evoluiu para uma «parceria estratégica» na 5.ª cimeira**, realizada em Haia, **em 2004**. O **plano de ação conjunto**, que estabeleceu o roteiro para uma parceria estratégica, foi adotado após a 6.ª cimeira, em Nova Déli.

([3]) https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-india-strategic-partnership-roadmap-2025_en.
([4]) https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-communication-indo-pacific_en.
([5]) https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021JC0030&qid=1653525883495.

3.1.3. Durante a **15.ª Cimeira UE-Índia**, realizada virtualmente em **2020**, **foi adotado** um ambicioso **roteiro para 2025** ([6]). Os dirigentes decidiram reforçar a Parceria Estratégica UE-Índia, baseada nos princípios e valores comuns da democracia, da liberdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, com o objetivo de proporcionar benefícios concretos aos cidadãos da UE e da Índia. Foi assinado um acordo de cooperação no domínio da energia nuclear civil e um outro acordo de cooperação no domínio da ciência e tecnologia foi prorrogado por um novo período de cinco anos. Ambas as partes emitiram igualmente uma declaração conjunta sobre a eficiência na utilização dos recursos e a economia circular. Além disso, foram adotadas declarações conjuntas UE-Índia para reforçar os esforços em matéria de conectividade e eficiência na utilização da água e dos recursos, recorrendo a uma abordagem de economia circular.

3.1.4. Foi criado o **Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT) UE-Índia** como plataforma de coordenação para enfrentar os principais desafios relacionados com o comércio, a tecnologia de confiança e a segurança, **por ocasião da primeira visita à Índia** de Ursula von der Leyen **na qualidade de presidente da Comissão Europeia, em abril de 2022**. A **primeira reunião ministerial do CCT UE-Índia** realizou-se em maio de 2023, em Bruxelas. A reunião anual de 2024 teve lugar em 28 de fevereiro de 2025, durante a visita de toda a Comissão Europeia a Déli. Em novembro de 2023, foi assinado um memorando de entendimento sobre semicondutores, enquanto a Índia copresidia à Cimeira de Ação em matéria de IA de 2025, juntamente com a França.

3.2. *A Parceria Estratégica UE-Índia*

3.2.1. O ano de 2024 assinalou o 20.º aniversário da **Parceria Estratégica UE-Índia**, que ganhou um novo ímpeto recentemente, beneficiando do interesse da Índia em fomentar um mundo multipolar e em intensificar a cooperação com a UE. A vasta **carteira bilateral**, contemplada no **roteiro para 2025**, **continua a expandir-se**, centrando-se principalmente na cooperação em matéria de comércio, transição ecológica, inovação, transformação digital, conectividade e segurança e defesa, incluindo a cooperação espacial. No entanto, a estreita parceria da UE com a Índia acarreta os seus próprios **desafios**, em especial o protecionismo da Índia, a sua parceria de longa data com a Rússia e os direitos humanos.

3.2.2. Na sua reunião em Déli, a presidente Ursula von der Leyen e a Comissão Europeia debateram a **Agenda Estratégica UE-Índia** e assumiram o compromisso de elevar esta parceria a um novo patamar, baseando-se nos 20 anos de Parceria Estratégica UE-Índia e nos mais de 30 anos de Acordo de Cooperação Comunidade Europeia-Índia. Reiteraram ainda o seu empenho em promover um Indo-Pacífico livre, aberto, pacífico e próspero, assente no direito internacional, no respeito mútuo pela soberania e na resolução pacífica de litígios, com o apoio de instituições regionais eficazes. A Índia acolheu com agrado a adesão da UE à Iniciativa para os Oceanos do Indo-Pacífico (IOIP).

3.2.3. A execução da **Estratégia Global Gateway** já desencadeou um apoio financeiro significativo ao desenvolvimento de tecnologias verdes, às infraestruturas urbanas e ao abastecimento de água.

3.2.4. **Conectividade:** a **Parceria de Conectividade UE-Índia** ([7]) foi lançada na reunião dos dirigentes da Índia e da UE, em **maio de 2021**, colocando a tónica nas redes digitais, energéticas e de transportes e no fluxo de pessoas, bens, serviços, dados e capitais. À margem da cimeira dos dirigentes do G20 realizada em Nova Déli, em setembro de 2023, os dirigentes da Índia, da UE, da França, da Alemanha, da Itália, da Arábia Saudita, dos EAU e dos EUA assinaram um memorando de entendimento no qual se comprometem a trabalhar em conjunto para desenvolver um novo **Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa**, integrando efetivamente parceiros do Médio Oriente e da Ásia Meridional numa arquitetura geoeconómica comum. O projeto consiste em dois corredores, um que liga a Europa ao Golfo e outro que liga o Golfo à Índia, que preveem ligações ferroviárias, cabos elétricos e de dados, bem como gasodutos para a exportação de hidrogénio. Serão também estabelecidas ligações com Israel e a Jordânia, embora estes países não tenham assinado o acordo do referido corredor.

3.2.5. A **cooperação UE-Índia em matéria de alterações climáticas** está a evoluir num contexto mais alargado de compromissos comuns assumidos em acordos internacionais, como o Acordo de Paris de 2015. Sendo o **terceiro maior emissor de CO_2 do mundo**, a transição da Índia para a energia verde é vital para o mundo em geral. As ambições da Índia em matéria de energias renováveis aumentaram exponencialmente e tem sido dada forte ênfase à produção de energia verde desde o orçamento nacional de 2023. No entanto, o carvão continua a ser a principal fonte de energia do país. Só a Índia representará 25 % do aumento mundial da procura de energia nas próximas décadas. A Índia é já o **terceiro maior importador de energia** do mundo, a seguir à China e aos EUA.

([6]) https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-india-strategic-partnership-roadmap-2025_en.
([7]) https://www.consilium.europa.eu/media/49522/eu-india_connectivity-factsheet_2021-05-final.pdf.

3.2.6. Em 2016, a UE e a Índia criaram a Parceria UE-Índia para a Energia Limpa e o Clima ([8]), que promove o acesso a energia limpa e tecnologias respeitadoras do clima, bem como a sua difusão, e incentiva a investigação e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Os atuais domínios de colaboração incluem atividades nos domínios da energia eólica marítima, dos painéis solares em coberturas de edifícios e dos parques solares, da integração das energias renováveis e do armazenamento, das redes inteligentes, dos biocombustíveis e da eficiência energética nos edifícios.

3.3. *Acordo de comércio livre*

Em 17 de junho de 2022, a União Europeia relançou as negociações com a Índia ([9]) sobre um acordo de comércio livre, bem como negociações separadas sobre um acordo bilateral de proteção de investimentos e um acordo sobre indicações geográficas.

3.3.1. As **negociações sobre a proteção dos investimentos** têm por objetivo proporcionar aos investidores de ambas as partes um ambiente de investimento previsível e seguro, através de compromissos em matéria de:

— não discriminação;

— proteção contra expropriações sem indemnização e contra o tratamento desleal dos investidores e dos seus investimentos, preservando simultaneamente o direito de regulamentar; e

— transferência de rendimentos.

3.3.2. A décima ronda de negociações do ACL UE-Índia decorreu **em Bruxelas, de 10 a 14 de março de 2025**, com debates sobre comércio, investimento e indicações geográficas.

4. **Presente e futuro**

4.1. *Ponto da situação*

4.1.1. A União Europeia e a Índia realizaram a **5.ª reunião de revisão da Parceria Estratégica** em Bruxelas, **em 22 de novembro de 2024**. A reunião foi liderada, do lado da UE, por Simon Mordue, secretário-geral adjunto para as questões económicas e globais, Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), e, do lado da Índia, por Tanmaya Lal, secretário (Ocidente), Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4.1.2. A 10.ª edição das consultas UE-Índia no domínio da política externa e de segurança e a 10.ª reunião do Painel de Energia UE-Índia foram também organizadas em 21 de novembro de 2024.

4.1.3. As reuniões avaliaram todo o espetro da cooperação bilateral entre a UE e a Índia e a concretização dos compromissos pormenorizados estabelecidos no roteiro da parceria estratégica para 2025 «India-EU Strategic Partnership: A Roadmap to 2025» ([10]). Os intercâmbios centraram-se igualmente nas prioridades futuras para os laços entre a UE e a Índia e no novo impulso dado às relações, congratulando-se com o compromisso da presidente Ursula von der Leyen, expresso nas orientações políticas para 2024-2029, de desenvolver uma nova Agenda Estratégica UE-Índia.

4.1.4. Os debates centraram-se num conjunto alargado de temas, incluindo a segurança económica, a transição ecológica, a cooperação em matéria de defesa e segurança, a **migração**, a mobilidade, a **Parceria de Conectividade UE-Índia**, a **Estratégia Global Gateway** e o **Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa**. As duas partes debateram igualmente o reforço da cooperação em questões relacionadas com a inovação, a ciência e a tecnologia – incluindo desenvolvimentos positivos no contexto do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia (CCT UE-Índia) – e oportunidades para aumentar os contactos interpessoais no domínio da educação e da investigação.

([8]) https://www.cecp-eu.in/.
([9]) https://policy.trade.ec.europa.eu/news/eu-and-india-kick-start-ambitious-trade-agenda-2022-06-17_en.
([10]) https://www.consilium.europa.eu/media/45026/eu-india-roadmap-2025.pdf.

4.1.5. Fizeram igualmente o balanço das negociações em curso sobre o **acordo de comércio livre**, o acordo bilateral de proteção de investimentos e o acordo sobre indicações geográficas, tendo concordado que se revestem de importância. Congratularam-se com a cooperação multilateral e manifestaram o seu apreço pelo diálogo bilateral regular sobre questões económicas, incluindo o diálogo sobre **cadeias de abastecimento resilientes** no contexto do CCT UE-Índia. Todas estas questões foram debatidas durante a **segunda reunião ministerial do CCT UE-Índia, realizada em Nova Déli em 28 de fevereiro de 2025**.

4.1.6. A UE e a Índia congratularam-se com a sua parceria sobre questões mundiais, o reforço da cooperação no sistema multilateral (incluindo o G20) e as questões humanitárias, incluindo a gestão do risco de catástrofes em países terceiros. Ambas condenaram de forma inequívoca o terrorismo e o extremismo violento em todas as suas formas e manifestações, incluindo ataques transfronteiras.

4.1.7. Ambas as partes sublinharam a importância da Parceria Estratégica UE-Índia para enfrentar os desafios mundiais, em especial à luz da recente evolução geopolítica. Reiteraram o seu compromisso comum em promover um Indo-Pacífico livre, aberto, inclusivo, pacífico e próspero, e a Índia louvou o empenho crescente da União Europeia na região.

4.1.8. Tanto a Índia como a UE estão empenhadas num comércio internacional justo, inclusivo e assente em regras. Ao mesmo tempo, porém, a UE e a Índia têm um litígio em curso na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos aduaneiros da Índia aplicados a determinadas tecnologias europeias da informação e comunicação (TIC). Um painel da OMC decidiu, em 2023, que estes direitos aduaneiros violavam as regras da OMC ([11]). Em dezembro de 2023, Nova Déli interpôs então recurso desta decisão, embora o Órgão de Recurso esteja bloqueado há vários anos. Em **28 de novembro de 2024**, a Comissão Europeia iniciou consultas sobre esta matéria com a Índia no âmbito da OMC, a fim de resolver o litígio. Apesar de a fase de consulta da OMC ter terminado em 10 de fevereiro de 2025, ainda não se sabe se a UE adotará medidas comerciais de retaliação contra a Índia em aplicação do Regulamento (UE) 2021/821 ([12]), relativo ao cumprimento das regras do comércio.

4.1.9. **A 11.ª reunião do diálogo UE-Índia sobre direitos humanos realizou-se em Nova Déli, em 8 de janeiro de 2025**, reafirmando os princípios comuns de democracia, liberdade e Estado de direito de ambas as partes. Foi debatido um conjunto alargado de temas, incluindo os direitos civis e políticos, os direitos sociais e económicos e a liberdade de expressão, tanto em linha como fora de linha. Entre os domínios de incidência específicos contam-se a igualdade de género, os direitos das pessoas LGBTQI+, os direitos das crianças, o empoderamento das mulheres, a eliminação de todas as formas de discriminação e a liberdade de religião e crença, assegurando a liberdade de reunião e de associação. Ambas as partes concordaram com a importância de salvaguardar a independência e a diversidade das organizações da sociedade civil e de proteger os jornalistas e outras partes interessadas. Abordaram igualmente preocupações contemporâneas, como a tecnologia e os direitos humanos, os direitos dos migrantes e o papel das empresas na defesa dos direitos humanos, tendo em conta as cadeias de valor e o reforço do dever de diligência ao abrigo da diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade.

4.2. *Participação da sociedade civil nos trabalhos sobre a Índia*

4.2.1. A decisão de instituir a Mesa-Redonda UE-Índia foi adotada na reunião ministerial UE-Índia realizada em Helsínquia, em dezembro de 1999, e foi ulteriormente aprovada na primeira Cimeira UE-Índia, realizada em Lisboa, em junho de 2000.

4.2.2. A mesa-redonda era composta por 30 representantes da sociedade civil indiana e europeia (15 de cada parte). Foi instituída para ser um fórum permanente de debate e diálogo ao nível da sociedade civil sobre todas as questões que se prendem com as relações UE-Índia, proporcionando um horizonte mais amplo e uma abordagem mais informal do que seria possível ao nível oficial. A mesa-redonda reuniu-se doze vezes, a última das quais em 2008, e as conclusões das suas reuniões assumiram a forma de recomendações para as cimeiras UE-Índia. No entanto, ao longo dos anos, o diálogo foi perdendo eficácia devido às diferentes origens dos participantes e à natureza diversa da sua representatividade, acabando por se suspender as reuniões da mesa-redonda.

([11]) https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds582_e.htm.
([12]) https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2021/821/oj.

4.2.3. Após uma reunião realizada em 15 de outubro de 2024 com Saurabh Kumar, embaixador da Índia na Bélgica e no Luxemburgo, o presidente da Secção REX e o relator do presente parecer obtiveram uma resposta positiva à ideia de reavivar o interesse da sociedade civil indiana na eventual reativação da Mesa-Redonda UE-Índia. A nova parceria entre a UE e a Índia deve contribuir para a ratificação e aplicação das convenções fundamentais da OIT e para a redução progressiva do trabalho informal no mercado de trabalho. Em todo o caso, a sociedade civil organizada da Índia e da UE deve participar de forma estruturada na negociação de um ACL. Em última análise, o ACL deve incluir um capítulo ambicioso sobre comércio e desenvolvimento sustentável, dedicado aos direitos laborais e à proteção do clima e do ambiente, que preveja um acompanhamento estrutural pelas organizações da sociedade civil de ambas as partes, incluindo os parceiros sociais, e lhes confira um papel consultivo.

Bruxelas, 26 de março de 2025.

O Presidente
do Comité Económico e Social Europeu
Oliver RÖPKE